

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC) foi aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros (RCM) 25/2013 de 27 de março e foi construída com o contributo das diversas entidades e instituições responsáveis peças várias áreas de intervenção, ficando sob a coordenação do Alto Comissariado para as Migrações (ACM). Em 2018, a RCM 154/2018 reviu e alargou a vigência da ENICC até 2022.

Este é um plano de ação por metas e objetivos, em linha com o definido pela União Europeia que pediu aos Estados-Membros os objetivos de integração em quatro áreas fundamentais – educação, habitação, emprego e saúde - e foi sendo executado ao longo dos últimos anos. No âmbito da habitação existem quatro prioridades concretas com sete metas gerais, com um peso relativo de 6,8% de toda a Estratégia. Não obstante o prolongamento até 2022, é necessário aferir da implementação desta ENICC, nomeadamente no eixo de habitação que, pela informação disponível, parece ser dos que mais fragilmente tem sido levado a cabo.

Segundo o relatório de execução da Estratégia “Em 2013 e 2014, de acordo com a informação recolhida junto dos Pontos Focais da Estratégia, foram realizadas 143 ações, 83 ações em 2013 e 60 ações no ano de 2014, sendo que, tal como era esperado, referem-se sobretudo a ações de formação/sensibilização ou ações de diagnóstico e preparação. O Eixo Transversal apresenta o maior número de ações executadas no período em análise (85), representando cerca de 59% do total de ações realizadas. O Eixo da Educação contribuiu com 23% das ações realizadas, o Eixo do Emprego e Formação com 10%, o Eixo da Habitação com 6% e o Eixo da Saúde com 0,70%.” Já em 2015, o relatório de execução denota que apenas 1 ação concreta no eixo da habitação havia sido levada a cabo o que correspondia a uma percentagem de 0,19%. Cumulativamente entre 2013 e 2015, 10 ações foram levadas a cabo neste eixo transversal o que correspondia a uma execução de 1,5% Em 2016, voltou a existir a execução de apenas 1 ação na razão de 0,2% de todas as ações completadas desse ano.

Para que se tenha uma melhor noção da falta de execução de medidas no âmbito habitacional, o eixo transversal representava, no relatório de 2016 580 ações com 49,4% de toda a execução

entre 2013 e 2016, a educação 66 ações com 5,6%, o emprego e formação 43 com 3,7%, a saúde 473 com 40,3% e a habitação com umas míseras 11 ações com um peso de 0,9%. A taxa de execução das medidas face ao esperado para o eixo da habitação era de 3,6%. Os relatórios para 2017, 2018 e 2019 não estão públicos no site.

De uma forma geral, “a taxa de concretização das metas da Estratégia, confrontando o total de metas e as concretizadas entre 2013-2016 é de 25,7%, ou seja, 38 metas estão já concretizadas, encontram-se em concretização 73 metas, o que corresponde a 49,3%, sendo que 25% (37 metas) não se encontram iniciadas.”.

Da informação disponível afere-se apenas que a prioridade 26 foi concluída à qual corresponde a pretensão de “Melhorar o conhecimento da situação habitacional das comunidades ciganas”, ficando por aferir da conclusão das outras três prioridades e respetivas metas gerais. Num dos relatórios lê-se que “Com o apoio do IHRU foram realizadas, em 2013, intervenções dirigidas às comunidades ciganas de territórios de quatro municípios – três no norte do país (2 no Distrito do Porto e 1 no Distrito de Vila Real) e uma no sul (Distrito de Portalegre) – com o objetivo de melhorar as condições habitacionais em que as 89 famílias abrangidas viviam ou vivem.” *ENICC, Relatório de Execução 2013-2014.*

No relatório de 2016 percebe-se que um destes bairros do Porto viu a sua reabilitação concluída, com a beneficiação de “160 fogos, nos quais residiam 20 agregados familiares de etnia cigana.” *ENICC, Relatório de Execução 2016.*

Fica, por estas razões, claro que o eixo da habitação tem vindo a ter pouca intervenção no que concerne a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas, não obstante o relatório elaborado pelo IHRU para responder à prioridade 26 dar conta da grande necessidade de resposta habitacional por parte da comunidade, que sofre discriminação no acesso à habitação no mercado privado e também no público com apenas 3% da habitação pública a responder a esta comunidade, apesar de 32% das famílias ciganas ainda viverem em habitação não clássica – tendas, barracas. De facto, segundo a Agência de Direitos Fundamentais da União Europeia, Portugal é o país onde os ciganos mais se queixam de discriminação na procura de habitação.

O problema habitacional tem sido encarado de forma pouco estrutural pelos diferentes Governos, e os avanços conseguidos na última legislatura tardam em chegar ao concreto das respostas habitacionais, nomeadamente através falta o reconhecimento do desfasamento das políticas, do aumento exponencial da necessidade de resposta e subsequente necessidade proveniente do orçamento de estado, matéria evidente nas Estratégias Locais já entregues com crescimento de 77% das necessidades face ao levantamento do IHRU de habitação indigna ou precária de 2017. Não obstante, a situação de habitabilidade a que a Comunidade Cigana foi votada é muito anterior ao período especulativo e carece de uma deliberada falta de resposta do poder local e central e deve ter uma resposta cabal que garanta um conjunto de direitos, desde logo de serviços essenciais, como água e energia, para que não se perpetuem desigualdades e claros entraves no acesso ao Estado Social.

Neste sentido, no momento que se aproxima o fim da execução desta estratégia e que se comemora o Dia Nacional das Pessoas Ciganas, o Bloco de Esquerda questiona o Governo sobre as metas alcançadas desta Estratégia, assim como das medidas a adotar para a resolução dos problemas habitacionais e a discriminação no acesso à habitação que os diferentes levantamentos e relatórios identificam com carácter ainda mais aprofundado neste

grupo.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Ministério das Infraestruturas e Habitação as seguintes perguntas:

1. Quais as prioridades, metas gerais e ações - concluídas, em concretização e por iniciar - no eixo habitação?
2. Pode o Governo disponibilizar os relatórios de execução em falta relativamente a este eixo?
3. De que forma pretende o Governo colmatar as falhas do Poder Local e Central em responder às necessidades habitacionais desta comunidade?
4. Quais as iniciativas tomadas para garantir que se contraria a discriminação no acesso à habitação pública e privada por parte desta comunidade?
5. No âmbito desta estratégia, e entre 2013 e 2020, quantas famílias de etnia cigana foram realojadas? Quantas outras viram a sua habitação ser alvo de reabilitação? Quantas se encontram ainda sem qualquer resposta?

Palácio de São Bento, 29 de junho de 2020

Deputado(a)s

MARIA MANUEL ROLA(BE)

BEATRIZ GOMES DIAS(BE)

JOSÉ MANUEL PUREZA(BE)